



## **MERCOSUL/REUNIÃO ESPECIALIZADA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – RECYT ATA NO. 3/2002**

### **Anexo IV da XXVIII Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do Mercosul**

## **PROJETO REDE FITO MERCOSUL**

### **ANTECEDENTES**

A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Brasil – vem apoiando e fomentando a elaboração de projetos de inovação tecnológica para a obtenção de medicamentos fitoterápicos, no marco de uma política pública intersetorial, a qual tem como objetivo principal: “alcançar o desenvolvimento de alternativas produtivas e ocupacionais geradoras de renda e emprego para a população rural pobre, nas diferentes etapas da cadeia de valor” (ver Anexo I- Política Intersectorial de Plantas Mediciniais).

A política pública intersectorial envolve definições do estado em matéria agrícola, de desenvolvimento rural, de saúde pública e de ciência e tecnologia (ver Anexo II - Rede Fito\ Mercosul). O eixo desta política concentra-se na construção de uma nova cadeia de valor baseada no aproveitamento sustentável dos recursos naturais com atividades agrícolas que incluam as populações rurais pobres – em particular os assentamentos da reforma agrária e pequenos agricultores familiares – através do aproveitamento de plantas medicinais (preferencialmente nativas) com tecnologias inovadoras, que possam validar cientificamente sua aptidão terapêutica e permitam, a partir daí, privilegiar o manejo destes medicamentos na rede de saúde pública.

A primeira decisão de investimento público no que diz respeito à política intersectorial, refere-se ao financiamento da construção de um laboratório de medicamentos fitoterápicos em Panambi/RS (Anexo III - Projeto do laboratório), com fundos federais, estaduais e municipais conjuntamente. Com este suporte se procura a produção de medicamentos fitoterápicos para a rede pública de saúde, controlado por autoridades sanitárias nacionais, estaduais e municipais (ver Anexo IV - situação atual do laboratório). A opção pela localização deste laboratório em Panambi, obedeceu a indicadores socioeconômicos que assinalam dificuldades para manter em atividades agrícolas as populações daquela região pela insuficiente geração de renda (observam-se taxas de migração rural/urbana elevadas), situação que se procura modificar com o desenvolvimento da produção de medicamentos fitoterápicos que, com a instalação do laboratório, se integram no sistema de produção de medicamentos fitoterápicos para o abastecimento de um mercado certo: sistema público.

Alcançar o objetivo proposto pela política implica em ampliar o mercado ao qual se destinam, atualmente, as plantas medicinais que se aplicam com fins terapêuticos em bases tradicionais (folhas secas, sementes, flores, extratos, chá, etc.), transformando-as em matérias-primas de qualidade reconhecida para a indústria farmacêutica. Tal transformação possibilitará a inclusão de população rural agrícola e não agrícola em uma cadeia de valor

com potencial de geração de maior renda. Este projeto contempla, de modo geral, a população do Rio Grande do Sul e do Mercosul, priorizando alguns segmentos de modo particular, entre estes destaca-se:

1 - Indígenas - assim como em toda a região do Mercosul, também no Rio Grande do sul a situação atual dos indígenas é exclusão social, econômica e políticas. Vários programas buscam resgatar a cultura e a cidadania destes povos, com a rede Fito RS pretende-se integrar estas populações nos processos de produção de plantas medicinais, de modo que a integração possa representar uma forma de viabilização de uma vida mais digna aos mesmos. No Rio Grande do Sul identificamos algumas tribos que já manifestaram interesse em participar da Rede Fito RS. Temos no RS aproximadamente 1500 famílias interessadas, no Mercosul este número será ampliado para pelo menos 4000 famílias.

2 -Quilombos - No Rio Grande do Sul existem 40 comunidades originárias de quilombos que lutam pelo reconhecimento do direito a terra onde vivem. Apenas um quilombo, localizado no município de Caseiros, obteve o reconhecimento legal da sua condição. O quilombo de Caseiros será beneficiado pelo projeto, enquanto uma experiência piloto, que poderá ser aplicada nas demais comunidades que estão lutando para serem reconhecidas enquanto originárias de quilombos.

3 - Assentados da reforma agrária - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresentou um projeto integrado com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde se prevê a participação de 10.000 famílias, também nestes casos os números poderão ser ampliados com a participação do Bloco Mercosul.

4 - Pequenos agricultores familiares - Atualmente no Rio Grande do Sul, temos já um trabalho com a produção de plantas medicinais por agricultores familiares. Esta referência também aparece no mapa do em anexo. O número atual de agricultores familiar é de aproximadamente 40, mas espera-se com este projeto de no primeiro ano ampliar em mais 200 famílias. Os atuais 40 produtores sobrevivem com o produção de plantas medicinais.

Para isso, é necessário investir recursos em pesquisa e transferência de tecnologia nas diferentes etapas do processo produtivo, que se inicia com a adequada seleção dos materiais vegetais e conclui-se com a validação de processos e testes científicos para o adequado registro de medicamentos para a assistência à saúde humana e animal, bem como a sanidade vegetal conformando a denominada Rede Fito/ RS.

Para tanto, o Rio Grande do Sul dispõe de instituições públicas de pesquisa capacitadas a responder às necessidades dos processos de incremento da cadeia produtiva de medicamentos fitoterápicos, desde a classificação botânica, até tecnologia industrial básica. Esses centros, como Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) e unidades das várias universidades, têm experiência acumulada para referências tecnológicas junto a demandas do Mercosul.

O diagrama 1, apresentado abaixo ilustra as diferentes fases em que devem atuar as atividade de pesquisa e transferência de tecnologia para apoiar o desenvolvimento de alternativas produtivas e ocupacionais para a população rural pobre, identificando-se com clareza aspectos agrônômicos, agroindustriais e farmacêuticos.

## DIAGRAMA 1

### FASE AGRÍCOLA

- Propagação
- Manejo de cultivos

- Nutrição de plantas
- Manejo de pragas e moléstias
- Seleção de plantas e melhoramento genético
- Manejo de Sistemas Agroflorestais

- 
- Dosagem de substâncias de interesse
  - Identificação de compostos presentes na matéria-prima
  - Certificação de qualidade

#### FASE AGROINDUSTRIAL

- Atividade dos compostos
- Toxicidade
- Estudos pré-clínicos e clínicos

- 
- Estabilidade
  - Controle de qualidade

#### FASE FARMACÊUTICA

- Mercado
- Sistema Público de Saúde

A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, através do fomento e apoio às instituições do estado, solicitou projetos que pudessem fazer parte deste programa, o que permitiu identificar algumas iniciativas (que se apresentam no Anexo IV) que propõem trabalhar sobre diversos materiais – herbáceos, arbustos, etc. – caracterizados por sua importância socioeconômica, não só em nível de estado, mas também na região Mercosul. De outra parte, os próprios projetos indicam, em muitos casos, que as instituições envolvidas estão propondo trabalhos conjuntos com instituições de outros países da área. Observam-se dois elementos nas propostas identificadas:

- participação relativa destacada de espécies nativas da região como objeto de estudo;
- intervenção conjunta com instituições de vários países do bloco regional nos estudos.

A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul contactou o programa FIDA MERCOSUL e, através deste, suas partes nos demais países da região. Os contatos tiveram por finalidade avaliar a possibilidade de formular um programa regional, a ser apresentado ao FIDA em Roma, solicitando recursos não reembolsáveis (TAG) para financiar projetos com atividades de interesse comum em matéria de fitoterápicos.

Ao mesmo tempo, o programa FIDA MERCOSUL fez contato com os responsáveis pelos projetos FIDA em outros países da região, procurando averiguar o interesse destes acerca de seus beneficiários a uma iniciativa dessa natureza. As respostas, no caso do Uruguai e Paraguai (que se apresentam no Anexo V), mostram que existem produtores atendidos pelos projetos FIDA que estão trabalhando com, materiais sobre os quais desenvolver-se-ão através de pesquisas que poderão beneficiá-los.

Em vista dos antecedentes mencionados, aproveitou-se a oportunidade da última reunião da RECYT – Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do Mercosul – ocorrido em Buenos Aires em abril de 2002 para considerar a proposta da Secretaria de Estado de

Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, concordou-se em avançar com a formulação e apresentação da solicitação do FIDA de Roma e, em paralelo, avançar a definição de um mecanismo institucional adequado para gerenciar os fundos referidos desde uma ótica regional.

Em primeira instância discutiu-se a possibilidade de constituir um Comitê de Direção do Programa Regional, integrado com representantes dos Ministérios ou Secretarias de Ciência e Tecnologia respectivamente: Rio Grande do Sul (em representação do Brasil e como líder da iniciativa), Argentina, Paraguai e Uruguai. Este Comitê, funcionando no âmbito do Mercosul, será responsável pela seleção e acompanhamento dos projetos a serem financiados e deverá apoiar-se estruturalmente e organizativamente, para seu funcionamento, em alguma agência de cooperação multilateral que conte com representação nos quatro países (por exemplo, PNUD, IICA, etc.).

### **O PROGRAMA REDE FITO MERCOSUL**

O Programa Rede Fito Mercosul estará dedicado a apoiar projetos de investigação e transferência de tecnologia, orientados para o desenvolvimento de novas oportunidades de geração de renda e emprego, a partir da produção e processamento de materiais, preferencialmente nativos da região, que mostram um potencial de desenvolvimento ao integrarem-se em cadeias de valores especializados na elaboração de medicamentos de uso humano, animal e vegetal.

Como resultado do Programa consolidar-se-á uma rede interinstitucional regional de investigação e transferência de tecnologia, que promoverá a integração de populações rurais, produtores e/ou trabalhadores, em cadeias de valores superiores.

Os projetos a serem selecionados para receber financiamentos poderão ser de investigação, de transferência ou mistos.

Os de investigação poderão referir-se às fases agrícolas e industriais (de acordo com o diagrama apresentado nos antecedentes), alcançando, inclusive, a fase farmacêutica até o nível de “desenvolvimento de produtos”. Os recursos que se destinarão a esses projetos poderão contemplar a compra de equipamentos especializados, insumos específicos para a investigação, contratação dos serviços, honorários técnicos, gastos de operação e demais custos devidamente fundamentados em sua formulação. Serão projetos com duração máxima de 24 meses e seus resultados serão publicados para serem transferidos.

Os projetos de transferência contemplarão o financiamento de atividades de difusão, capacitação e assistência técnica das populações rurais, produtores ou trabalhadores, a partir dos resultados publicados nas investigações desenvolvidas nos respectivos projetos. Serão projetos com duração máxima de 12 meses.

Os projetos mistos incluirão atividades de investigação nas fases agrícolas e/ou industriais, acompanhadas de atividades de transferência de tecnologia a populações rurais.

O Programa alocará recursos para realizar estudos sobre as oportunidades de mercado em relação aos materiais – produtos envolvidos nos projetos de investigação, tanto na fase de avaliação da proposta (para fundamentar a qualificação dos insumos) como na fase de acompanhamento (para qualificar os progressos alcançados com sua execução).

Finalmente, o Programa contemplará fundos para financiar o funcionamento do Comitê Diretivo Regional e para a administração do Programa.

O Programa terá uma duração de três (3) anos e dará início à integração do Comitê Diretivo a partir da nomeação de um delegado por país (de acordo com o que foi assinalado no Capítulo dos antecedentes).

O Comitê utilizará os primeiros noventa (90) dias para precisar os fatores de elegibilidade dos projetos que se apresentam ao Programa. Posteriormente, cada delegado canalizará ao Comitê os projetos que as instituições de seus países entendem pertinentes e poderão contratar estudos que os ajudem a qualificar as propostas. Ao finalizar o primeiro semestre de execução do Programa, o Comitê selecionará projetos de investigação podendo comprometer até 60% dos recursos com que contará nos três anos. Ao finalizar o primeiro ano do Programa este realizará uma segunda rodada de seleção de projetos de investigação e mistos, chegando a comprometer até 90% dos recursos totais disponíveis para estes fins. Os 10% restantes serão reservados como fundos para atender complementarmente a alguns dos projetos selecionados.

O Comitê efetuará o seguimento dos projetos aprovados, analisando os relatórios de avanços exigidos em cada caso e apoiando a contratação de estudos específicos que permitam realizar ajustes no alcance e o pressuposto dos mesmos.

No segundo ano o Comitê selecionará projetos de transferência para seu financiamento, atividade que repetirá no terceiro ano.

Em termos preliminares é possível apresentar um perfil financeiro dos fundos do PGA para o Programa como segue:

<b>Conceito</b>	<b>Administração</b>	<b>Estudos</b>	<b>Proj.Inv./Mis.</b>	<b>Proj. Transf</b>	<b>Total</b>
Ano 1	50.000	75.000	225.000		350.000
Ano 2	50.000	50.000	300.000	50.000	450.000
Ano 3	50.000		175.000	75.000	300.000
<b>Total</b>	<b>150.000</b>	<b>125.000</b>	<b>700.000</b>	<b>125.000</b>	<b>1.100.000</b>

Os montantes apresentados correspondem a U\$S americanos doados pelo FIDA (TAG). Os países membros do bloco regional que participarão do Programa deverão mostrar aportes de contrapartida nos Projetos o equivalente a 30% do financiamento com recursos do TAG (U\$S 250.000). Assim mesmo terão que co-financiar os custos dos estudos e a administração de 20 % (U\$S 55.000).

Com esta composição, a estrutura de financiamento do Programa pode apresentar-se como segue:

<b>Conceito</b>	<b>Administração</b>	<b>Estudos</b>	<b>Proj.Inv./Mis.</b>	<b>Proj. Transf</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
Fundos TAG	150.000	125.000	700.000	125.000	1.100.000	78%
Fundos Contrapartida	30.000	25.000	210.000	40.000	305.000	22%